



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 015 da Sessão Ordinária nº 015, de
12 de março de 2013.

1 Às nove horas do dia doze de março de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios
2 do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**,
4 **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA** e **CEZAR COLARES**; Ausência justificada dos Conselheiros
5 **ROSA HAGE** e **ANTÔNIO JOSÉ**, bem como a presença da Procuradora- Chefe do Ministério Público
6 junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
7 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento
8 Interno desta Corte. Convocada a Auditora Márcia Costa para proposição de voto, nos termos da
9 Resolução nº 10.249/2011. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
10 manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste
11 Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Em sequência,
12 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos.
13 **Processo nº 0080012003-00; Prefeitura Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas –**
14 **2003; Responsável Manoel Carlos Antunes (01.01. à 29.09.2003) e Clóvis Manoel de Melo Begot (30.09**
15 **à 31.12.2003); Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel**
16 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
17 **120012010-00; Prefeitura Municipal de Baião; Prestação de Contas de Governo – 2010;**
18 **Responsável Nilton Lopes de Farias; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
19 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo
20 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
21 parecer prévio recomendando a não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao
22 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
23 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
24 parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Baião a aprovação, com ressalvas, das contas de
25 Governo do Executivo Municipal, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Nilton Lopes de Farias.
26 **Processo nº 120012010-00; Prefeitura Municipal de Baião; Prestação de Contas de Gestão –**
27 **2010; Responsável Nilton Lopes De Farias; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
28 **Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo
29 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
30 não aprovação das contas de Gestão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
31 proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas de gestão da prefeitura municipal de Baião, exercício 2010,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

32 de responsabilidade do Sr. Nilton Lopes de Farias, Prefeito Municipal, em favor do qual deverá ser expedido o
33 competente Alvará de Quitação das quantias ordenadas, após o recolhimento, no prazo de 15 dias, das
34 seguintes multas: I – Aos Cofres Municipais: – R\$-3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais), a título de
35 multa equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, considerando os descontos
36 legais, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos relatórios de gestão
37 fiscal dos dois semestre. II - Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de
38 Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368
39 de 29 de dezembro de 2009. – R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento
40 Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da LDO, LOA, prestação de contas do 1º e 2º
41 quadrimestres, balanço geral e relatórios resumidos de execução orçamentária". **Em votação:** O
42 Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A
43 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém divergiu quanto a aplicação de multa ao
44 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação
45 das contas de gestão da Prefeitura Municipal de Baião, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Nilton
46 Lopes de Farias, Prefeito Municipal, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de
47 Quitação das quantias ordenadas, após o recolhimento, no prazo de 15 dias, das seguintes multas: I –
48 Aos Cofres Municipais: – R\$-3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta reais), à título de multa
49 equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, considerando os descontos
50 legais, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de
51 Gestão Fiscal dos dois semestre. **Por maioria:** II - Ao FUMREAP, multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais),
52 com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da
53 LDO, LOA, prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, balanço geral e relatórios resumidos de
54 execução orçamentária. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação de multa ao FUMREAP.
55 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 550012009-00;**
56 **Prefeitura Municipal de Paragominas; Prestação de Contas de Governo – 2009; Responsável Adnan**
57 **Demachki; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel**
58 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
59 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer
60 prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
61 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
62 emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Paragominas a aprovação as contas do
63 Governo Municipal, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Adnan Demachki. Ausência, por ocasião
64 de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 550012009-00; Prefeitura Municipal de**
65 **Paragominas; Prestação de Contas de Gestão – 2009; Responsável Adnan Demachki; 5ª**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

66 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado**
67 **no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
68 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação
69 das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
70 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas de
71 Gestão da Prefeitura Municipal de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Adnan
72 Demachki, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-
73 129.599.302,90 (cento e vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e nove mil trezentos e dois reais e
74 noventa centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
75 **550022009-00; Câmara Municipal de Paragominas; Prestação de Contas – 2009; Responsável**
76 **Antônio Batista Oliveira Lopes; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**
77 **Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
78 **124292010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Baião; Prestação de Contas – 2010;**
79 **Responsável Benedita Maria Corrêa Tocantins; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
80 **Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo
81 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
82 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
83 **VOTO**: *"pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Baião, exercício*
84 *de 2010, de responsabilidade da Sra. Benedita Maria Corrêa Tocantins, em favor da qual deverá ser expedido*
85 *o competente Avará de Quitação, após o recolhimento no prazo de 15 dias, ao Fundo de Modernização,*
86 *Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de*
87 *conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009, das seguintes multas: 1 - R\$*
88 *1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste*
89 *Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestre. 2 – R\$-1.000,00 (hum*
90 *mil reais), a título de multa, pelo não recolhimento dos encargos patronais no exercício. 3 – R\$-500,00*
91 *(quinhentos reais), com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, pela realização de processo licitatório em*
92 *descumprimento ao art. 29, III e IV da Lei nº 8.666/93."* **Em votação**: O Conselheiro Aloísio Chaves e o
93 Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia
94 acompanhou o Relator, porém divergiu quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência
95 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do
96 Fundo Municipal de Assistência Social de Baião, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Benedita
97 Maria Corrêa Tocantins, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, **por**
98 **maioria**, após o recolhimento no prazo de 15 dias, ao FUMREAP, das seguintes multas: 1 - R\$-1.500,00
99 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

100 pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestre; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil
101 reais), a título de multa, pelo não recolhimento dos encargos patronais no exercício; 3 – R\$-500,00
102 (quinhentos reais), com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, pela realização de processo licitatório
103 em descumprimento ao art. 29, III e IV da Lei nº 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
104 aplicação das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
105 **Processo nº 124282010-00; Fundo Municipal de Educação de Baião; Prestação de Contas –**
106 **2010; Responsável Antônio de Pádua De Jesus F. da Paixão; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina**
107 **da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.**
108 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
109 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
110 Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de*
111 *Educação de Baião, exercício de 2010, de responsabilidade da Sr. Antônio Pádua de Jesus Farias da Paixão,*
112 *em favor da qual deverá ser expedido o competente alvará de quitação, após o recolhimento, no prazo de 15*
113 *(quinze) dias, ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos*
114 *Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2010) de multa no valor de R\$ 500,00*
115 *(quinhentos reais) com base no Art. 120-B, I4 do RI/TCM, pela não remessa do intempestiva da Prestação de*
116 *Contas do 1º Quadrimestre e R\$ 2.000,00 (dois mil reais); com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, em*
117 *função da aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados no exercício".* **Em**
118 **votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na
119 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém divergiu quanto a aplicação de multa
120 ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação,
121 com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Baião, exercício de 2010, de
122 responsabilidade da Sr. Antônio Pádua de Jesus Farias da Paixão, em favor da qual deverá ser expedido
123 o competente alvará de quitação, **por maioria**, após o recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, ao
124 FUMREAP, de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no Art. 120-B, II do RI/TCM,
125 pela não remessa do intempestiva da Prestação de Contas do 1º quadrimestre, e R\$-2.000,00 (dois mil
126 reais), com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, em função da aplicação de multas e juros sobre os
127 encargos patronais não apropriados no exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação
128 das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
129 **124272010-00; Fundo Municipal de Saúde de Baião; Prestação de Contas – 2010; Responsável**
130 **Manoel Maria Pinto da R. Martins; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
131 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo
132 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
133 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

134 **VOTO:** "pela reprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Baião, exercício de 2010,
135 de responsabilidade da Sra. Flávia Brasil dos Santos, que deverá no prazo de 15 dias recolher ao Fundo de
136 Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
137 – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009, as seguintes
138 multas: 1 - R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno
139 deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestre. 2 – R\$ 1.000,00
140 (hum mil reais), a título de multa, pelo não recolhimento dos encargos patronais no exercício. 3 – R\$
141 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, pela realização de despesas
142 sem processo licitatório no montante de R\$357.766,15 (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e
143 sessenta e seis reais e quinze centavos). Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público
144 Estadual". **Em votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro José Carlos Araújo
145 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém divergiu
146 quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
147 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de
148 Baião, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Flávia Brasil dos Santos, com encaminhamento de
149 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolher ao FUMREAP, as seguintes
150 multas: 1 - R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento
151 Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestre; 2 –
152 R\$-1.000,00 (hum mil reais), a título de multa, pelo não recolhimento dos encargos patronais no
153 exercício; 3 – R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, pela
154 realização de despesas sem processo licitatório, no montante de R\$-357.766,15 (trezentos e cinquenta e
155 sete mil setecentos e sessenta e seis reais e quinze centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto
156 a aplicação das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
157 **Processo nº 554002009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Paragominas;**
158 **Prestação de Contas – 2009; Responsável Dyjane Chaves Dos Santos Amaral; 5ª Controladoria;**
159 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº**
160 **32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
161 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi
162 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
163 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo
164 Municipal de Assistência Social de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Dyjane
165 Chaves dos Santos Amaral, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação,
166 no valor de R\$-4.006.927,81 (quatro milhões, seis mil novecentos e vinte e sete reais e oitenta e um
167 centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 553982009-**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

168 **00; Fundo Municipal de Educação de Paragominas; Prestação de Contas – 2009; Responsável**
169 **Mozimeire Pereira de Souza Costa; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
170 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo
171 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação,
172 com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
173 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação com
174 ressalva da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Paragominas, exercício 2009, de
175 responsabilidade da Sra. Mozimeire Pereira de Souza Costa, em favor de quem deverá ser expedido o
176 competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-66.128.333,80 (sessenta e seis milhões, cento e vinte e
177 oito mil trezentos e trinta e três reais e oitenta centavos). **Processo nº 554012009-00; Fundo**
178 **Municipal de Saúde de Paragominas; Prestação de Contas – 2009; Responsável João Lucídio**
179 **Lobato Paes; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**
180 **Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
181 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das
182 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
183 proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do
184 Fundo Municipal de Saúde de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. João Lucídio
185 Lobato Paes, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$
186 31.275.166,88 (trinta e um milhões, duzentos e setenta e cinco mil cento e sessenta e seis reais e
187 oitenta e oito centavos). **Processo nº 554232009-00; Fundo de Valorização do Servidor do**
188 **Município de Paragominas; Prestação de Contas – 2009; Responsável Maria das Graças Quadros**
189 **Martins da Silva; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel**
190 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
191 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
192 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
193 a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo de
194 valorização do servidor do município de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Maria
195 das Graças Quadros Martins da Silva, em favor de quem deverá ser expedido competente Alvará de
196 Quitação, no valor de R\$-568.947,10 (quinhentos e sessenta e oito mil novecentos e quarenta e sete
197 reais e dez centavos). Em seguida, houve inversão de Pauta, para o julgamento do Processo de nº 19 e
198 20: **Processo nº 200609282-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**
199 **Belém - IPAMB; Pensão - Portaria 0591/2010-IPAMB, de 28/05/2010; Interessado Nilton Antônio**
200 **Lopes; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora da proposição de voto Auditora Márcia**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

201 Costa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e
202 manifestou-se contrariamente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora
203 proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
204 decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.
205 **Processo nº 200908924-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua; Nomeação - Decretos nº's.**
206 **015/2007, 22/2004, 24/2001 e 202/2005 e Portarias nº's 182/2009, 184/2009, 187/2009, 190/2009 e**
207 **204/2009; Interessado Jairo José de Souza e Outros; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
208 **Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
209 posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao registro. A matéria foi colocada **em**
210 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
211 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Atos. Ausência, por ocasião de votação, do
212 Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do processo de nº
213 **14: Processo nº 124302010-00; Instituto de Previdência do Município de Baião; Responsável**
214 **Arilson Pedro Serrão de Farias Lopes; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
215 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo
216 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação
217 das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
218 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação
219 de contas do Instituto de Previdência do Município de Baião de Baião, exercício de 2010, de
220 responsabilidade da Sr. Arilson Pedro Serrão de Farias Lopes, em favor de quem deverá ser expedido o
221 competente Alvará de Quitação das quantias ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do
222 Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 553972009-00; Instituto de Previdência do Município**
223 **de Paragominas; Prestação de Contas – 2009; Responsável Raulison Dias Pereira; 5ª Controladoria;**
224 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº**
225 **32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
226 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
227 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
228 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência do
229 Município de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Raulison Dias Pereira, em favor de
230 quem deverá ser expedido competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-10.812.151,36 (dez milhões,
231 oitocentos e doze mil cento e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Ausência, por ocasião de
232 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 554242009-00; Agência de Saneamento de**
233 **Paragominas; Prestação de Contas – 2009; Responsável Francisco Antônio da Silva; 5ª Controladoria;**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

234 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
235 **32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
236 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi
237 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
238 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas da Agência de
239 Saneamento de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Francisco Antônio da Silva, em
240 favor do qual deverá ser expedido competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-1.658.487,13 (hum
241 milhão, seiscentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e treze centavos).
242 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 554072009-00;**
243 **Programa Nacional de Apoio Administrativo e Fiscal dos Municípios (PNAFM) /Paragominas;**
244 **Prestação de Contas – 2009; Responsável Maria das Graças Quadros Martins da Silva; 5ª Controladoria;**
245 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
246 **32.352, de 08.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
247 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
248 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
249 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Programa Nacional de Apoio
250 Administrativo e Fiscal dos Municípios (PNAFM), exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Maria das
251 Graças Quadros Martins da Silva, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de
252 Quitação, no valor de R\$-1.075.016,90 (hum milhão, setenta e cinco mil, dezesseis reais e noventa
253 centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº**
254 **860021999-00; Câmara Municipal de Viseu; Prestação de Contas – 1999; Responsável Ismael**
255 **Coelho do Nascimento(1º Trimestre) Paulo Roberto do Rosário Barros(2º Ao 4º Trimestre); Auditora**
256 **Alessandra Braga; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José.**
257 **Com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão do Dia 18.12.2012.**
258 **Publicado no DOE nº 32.352, de 08.03.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 200818566-00;**
259 **Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa; Recurso de Revisão Contra a Decisão do Acórdão Nº**
260 **19.267/2009, Que Negou Registro a Contratos Temporários; Responsável Amós Bezerra da Silva; DIAPE;**
261 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Com Pedido de Vista ao**
262 **Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão do Dia 20.09.2012.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
263 **200818567-00; Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa; Recurso de Revisão Contra a Decisão**
264 **do Acórdão Nº 19.268/2009, que negou Registro a Contratos Temporários; Responsável Amós Bezerra**
265 **Da Silva; DIAPE; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora Conselheira Mara Lúcia. Com**
266 **pedido de Vista ao Cons. Daniel Lavareda na Sessão do dia 20.09.2012.** Retirado de Pauta. **Processo**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

267 **nº 200815676-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Convênio nº 001/2008; Responsável Hélio**
268 **Leite da Silva; 3ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora da proposição**
269 **de voto Auditora Márcia Costa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
270 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Convênio. A matéria foi
271 colocada **em discussão**. A Auditora proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a
272 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela juntada do Convênio à prestação de contas da
273 Prefeitura de Castanhal, em razão da expiração do prazo do Ato, para análise conjunta, nos termos da
274 Resolução nº 5.718/98/TCM-Pa, com as recomendações constantes no voto. Ausência, por ocasião da
275 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201220052-00; Prefeitura Municipal de**
276 **Santarém; Subsídio- Lei nº 19.047/2012, Interessada Maria do Carmo Martins Lima; Procuradora Maria**
277 **Regina da Cunha; Relatora Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
278 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi
279 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
280 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 005/2012,
281 aprovada em 10.09.12, pela Câmara Municipal de Santarém, que fixa o valor do subsídio dos vereadores
282 para a próxima legislatura, no importe de R\$-9.900,00 (nove mil e novecentos reais), para todos os
283 Edis, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos
284 termos do art. 29, VI, 'd', da CF/88, com a comunicação ao atual Presidente da Câmara Municipal para
285 que observe o que determinam os incisos I e II do §1º do art. 169 e a alínea "d", do inciso VI, e inciso
286 VII, ambos do artigo 29, e o inciso I e § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além
287 dos artigos 16 e 17, da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ausência, por ocasião da
288 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201219844-00; Câmara Municipal de Curuá;**
289 **Subsídio - Resolução nº 01/2012; Interessado Givanildo Picanço Marinho; Procuradora Maria Regina da**
290 **Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
291 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi
292 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
293 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2012,
294 aprovada em 24.09.12, pela Câmara Municipal de Curuá, que fixa o valor do subsídio dos vereadores
295 para a legislatura 2013-2016, no importe de R\$-4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para todos os
296 Edis, correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos
297 termos do art. 29, VI, 'b', da CF/88, aplicando multa, em desfavor do então Presidente da Câmara
298 Municipal, Ordenador responsável pelo encaminhamento intempestivo do Ato, nos termos acima
299 indicados, com a comunicação ao atual Presidente da Câmara Municipal para que observe o que



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

300 determinam os incisos I e II do § 1º do art. 169 e a alínea "b", do inciso VI, o inciso VII, ambos do
301 artigo 29, o inciso I e o § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além dos artigos 16 e
302 17, da LC n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ausência, por ocasião da votação, do
303 Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201215892-00; Câmara Municipal de Santarém;**
304 **Subsídio - Resolução nº 005/2012; Interessado José Maria Tapajós; Procuradora Maria Regina da**
305 **Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
306 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi
307 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
308 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 005/2012,
309 aprovada em 10.09.12, pela Câmara Municipal de Santarém, que fixa o valor do subsídio dos vereadores
310 para a próxima legislatura, no importe de R\$-9.900,00 (nove mil e novecentos reais), para todos os
311 Edis, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos
312 termos do art. 29, VI, 'd', da CF/88, com a comunicação ao atual Presidente da Câmara Municipal para
313 que observe o que determinam os incisos I e II do §1º do art. 169 e a alínea "d", do inciso VI, o inciso
314 VII, ambos do artigo 29, o inciso I e o § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além
315 dos artigos 16 e 17, da LC n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ausência, por ocasião de
316 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201203583-00; Câmara Municipal de**
317 **Capanema; Diária - Resolução nº 227/2007; Interessado Oscar Tatsuya Ishii; Procuradora Maria Inez**
318 **Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
319 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi
320 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
321 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 227/2007,
322 aprovada em 02.01.07, que fixa o valor das diárias pagas aos servidores e vereadores da Câmara
323 Municipal de Capanema Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº**
324 **201301745-00; Santa Luzia do Pará - Prefeitura Municipal; Ato - 2013; Cadastro do Decreto**
325 **012/2013 - Estado de Emergência; Interessado Adamor Aires de Oliveira - Prefeito; Procuradora Maria**
326 **Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**
327 **Apreciação dos Acórdãos nº's 23.239, 23.244, 23.245, 23.246, 23.247, 23.330 e 23.331. Apreciação das**
328 **Resoluções nº's 10.785, 10.786, 10.787, 10.78 e 10.789. Relator - Conselheiro Cezar Colares. A**
329 **Presidência proclamou a Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação dos Acórdãos e
330 Resoluções apresentadas. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
331 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra e manifestou
332 sua preocupação com relação a proliferação de decretação de estado de emergência, sem critérios




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

333 específicos, efetuadas por alguns municípios contrariando, em boa parte, a legislação vigente. Salientou
334 a necessidade de serem utilizadas as medidas cautelares previstas em nossa Lei Orgânica. O
335 Conselheiro José Carlos Araújo ressaltou que já há uma Instrução Normativa tratando da matéria. A
336 Conselheira Mara Lúcia declarou que deve ser dado detalhamento da situação. O Conselheiro Cezar
337 Colares relatou que foi discutido com a área de informática do Tribunal sobre o controle eletrônico de
338 licitação, e sugeriu que seja realizada uma reunião com a equipe técnica para que seja feita a
339 apresentação do modelo de sistema para os Conselheiros. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a
340 presente Sessão às onze horas e dezesseis minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
341 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em doze de março de dois mil
342 treze.

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão